

# CADERNO DE ENCARGOS

## CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA PINTURA DA ESCOLA BÁSICA 2,3 VASCO DA GAMA

Procedimento nº 1305/ADRG/2016

## ÍNDICE

<b>PARTE I .....</b>	<b>4</b>
<b>CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS .....</b>	<b>4</b>
Cláusula 1. <sup>a</sup> - Objeto .....	4
Cláusula 2. <sup>a</sup> - Contrato .....	4
Cláusula 3. <sup>a</sup> – Vigência do Contrato.....	5
<b>CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS.....</b>	<b>5</b>
<b>Secção I - Obrigações do Prestador de serviços .....</b>	<b>5</b>
<b>Subsecção I - Disposições Gerais .....</b>	<b>5</b>
Cláusula 4. <sup>a</sup> - Obrigações principais do prestador de serviços .....	5
Cláusula 5. <sup>a</sup> - Prazo da prestação dos serviços .....	6
<b>Subsecção II - Dever de sigilo .....</b>	<b>6</b>
Cláusula 6. <sup>a</sup> - Objeto do dever de sigilo .....	6
Cláusula 7. <sup>a</sup> – Prazo do dever de sigilo.....	6
<b>Secção II - Obrigações da Câmara Municipal de Sines.....</b>	<b>6</b>
Cláusula 8. <sup>a</sup> - Preço contractual.....	7
Cláusula 9. <sup>a</sup> - Preço base .....	7
Cláusula 10. <sup>a</sup> - Condições de pagamento.....	7
Cláusula 11. <sup>a</sup> - Revisão de preços .....	8
Cláusula 12. <sup>a</sup> – Adiantamentos.....	8
<b>CAPÍTULO III- PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
Cláusula 13. <sup>a</sup> - Força maior.....	8
Cláusula 14. <sup>a</sup> - Resolução por parte da CMS .....	9
<b>CAPÍTULO IV – CAUÇÃO E RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS.....</b>	<b>9</b>
Cláusula 15. <sup>a</sup> – Caução .....	10
Cláusula 16. <sup>a</sup> - Foro competente .....	10
<b>CAPÍTULO V -DISPOSIÇÕES FINAIS.....</b>	<b>10</b>
Cláusula 17. <sup>a</sup> – Subcontratação e cessão da posição contractual.....	10
Cláusula 18. <sup>a</sup> - Comunicações e notificações.....	10
Cláusula 19. <sup>a</sup> - Contagem dos prazos.....	10
Cláusula 20. <sup>a</sup> – Legislação aplicável .....	11

<b>PARTE II .....</b>	<b>12</b>
Cláusula 21. <sup>a</sup> – Especificações Técnicas .....	12
Cláusula 22 <sup>a</sup> - Atributos da Proposta .....	18

## PARTE I

### CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

#### Cláusula 1.<sup>a</sup> - Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência de procedimento pré-contratual que tem por objeto principal **a aquisição de serviços para pintura da Escola Básica 2,3 Vasco da Gama**, nas condições previstas nas Especificações Técnicas definidas na Parte II do presente Caderno de Encargos.

#### Cláusula 2.<sup>a</sup> - Contrato

1. O contrato é composto pelo respectivo clausulado contratual e seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respectiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário

nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal, nos casos em que a celebração implique a sua redução a escrito.

### **Cláusula 3.ª – Vigência do Contrato**

O contrato mantém-se em vigor até à conclusão dos serviços, em conformidade com os respetivos termos e condições e disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessão do contrato.

## **CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

### **Secção I - Obrigações do Prestador de serviços**

#### **Subsecção I - Disposições Gerais**

### **Cláusula 4.ª - Obrigações principais do prestador de serviços**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o Prestador de serviços a obrigação de efetuar a prestação de serviços nos termos e nas condições previstas nas Especificações Técnicas definidas na Parte II do presente Caderno de Encargos;
2. O Prestador de serviços fica ainda obrigado, nomeadamente, a fornecer todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação de serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução dos referidos serviços, nos termos do artigo 452.º do Código dos Contratos Públicos.

### **Cláusula 5.<sup>a</sup> - Prazo da prestação dos serviços**

O Prestador de serviços obriga-se a executar os serviços, objeto deste caderno de encargos nos prazos previstos nas especificações técnicas previstas na parte II, e obriga-se a cumprir todos os prazos indicados na sua proposta.

### **Subsecção II - Dever de sigilo**

#### **Cláusula 6.<sup>a</sup> - Objeto do dever de sigilo**

1. O Prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Câmara Municipal de Sines, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respectiva obtenção pelo Prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

#### **Cláusula 7.<sup>a</sup> – Prazo do dever de sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

### **Secção II - Obrigações da Câmara Municipal de Sines**

### **Cláusula 8.<sup>a</sup> - Preço contractual**

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Câmara Municipal de Sines deve pagar ao Prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no n.º 1 da presente cláusula inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Câmara Municipal de Sines.
3. Todos os encargos derivados da apresentação da proposta, assinatura do contrato, prestação de garantias e seguros são igualmente da conta do Prestador de serviços.

### **Cláusula 9.<sup>a</sup> - Preço base**

Para a contratação em causa é fixado como preço base o valor de **€ 17.600,00 (dezassete mil e seiscentos euros)** acrescido de IVA à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a Câmara Municipal de Sines se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem objeto do contrato e funcionando como parâmetro base do preço contratual.

### **Cláusula 10.<sup>a</sup> - Condições de pagamento**

1. As quantias devidas pela Câmara Municipal de Sines, nos termos da Cláusula 8.<sup>a</sup>, serão pagas no prazo de 60 dias após a entrega das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e devem ser acompanhadas de todos os elementos descritivos e justificativos que permitam a sua conferência.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a realização do serviço, sendo as faturas emitidas de acordo com os serviços prestados.
3. Caso as faturas apresentadas não sejam validadas pela Câmara Municipal de Sines porque desconformes com o contrato, esta comunicará tal decisão ao Prestador de serviços, que deverá apresentar outras em sua substituição, devidamente corrigidas.

### **Cláusula 11.<sup>a</sup> - Revisão de preços**

O valor contratual é fixo e não sujeito a revisão de preços.

### **Cláusula 12.<sup>a</sup> – Adiantamentos**

No âmbito do presente fornecimento de bens não há lugar a adiantamentos.

## **CAPÍTULO III- PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO**

### **Cláusula 13.<sup>a</sup> - Força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao Prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Prestador de serviços, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;



- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Prestador de serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

4. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

#### **Cláusula 14.<sup>a</sup> - Resolução por parte da Câmara Municipal de Sines**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Câmara Municipal de Sines pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, mediante acordo prévio escrito entre as partes e com uma antecedência de 60 (sessenta) dias.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Prestador de serviços.

### **CAPÍTULO IV – CAUÇÃO E RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS**

### **Cláusula 15.<sup>a</sup> – Caução**

Não é exigida a prestação de caução, conforme determinado no n.º 2 do art.º 88.º do CCP.

### **Cláusula 16.<sup>a</sup> - Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja, com expressa renúncia a qualquer outro.

## **CAPÍTULO V -DISPOSIÇÕES FINAIS**

### **Cláusula 17.<sup>a</sup> – Subcontratação e cessão da posição contractual**

A subcontratação pelo Prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

### **Cláusula 18.<sup>a</sup> - Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

### **Cláusula 19.<sup>a</sup> - Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

### **Cláusula 20.<sup>a</sup> – Legislação aplicável**

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

## PARTE II

### Cláusula 21.<sup>a</sup> – Especificações Técnicas

O presente caderno de encargos, tem como objeto **a aquisição de serviços para pintura da Escola Básica 2,3 Vasco da Gama**, conforme Especificações Técnicas nas condições abaixo descritas:

#### **PINTURA DA ESCOLA BÁSICA 2, 3 VASCO DA GAMA**

##### **Condições técnicas**

Nota: As tintas são fornecidas pelo Dono de Obra

##### **TRABALHOS PREPARATÓRIOS**

##### **Art.º 1.1-**

Montagem e desmontagem de sistema de elevação (andaimes e arnês com linhas de vida), rede de proteção e todos os trabalhos necessários e complementares

##### **I - Critério de medição**

Medição por valor global.

##### **II - Descrição**

Encontram-se compreendidos no preço todos os trabalhos necessários à sua boa execução e aplicação, salientando-se de entre os trabalhos a efetuar, os que abaixo se indicam:

- i. Montagem de andaimes nas zonas onde for necessário executar os trabalhos pretendidos, cumprindo todas as condições de segurança para os trabalhadores, bem como de terceiros (contemplando guarda corpos, roda pé e arnês com linha de vida para os trabalhadores onde necessário).
- ii. Aplicação de rede de proteção em toda a zona de andaimes e nas zonas que se considere necessárias

iii. Desmontagem de todos os andaimes e reparação das zonas degradadas causadas pelos andaimes se necessário.

## **TRABALHOS DE PINTURA**

### **1- DEFINIÇÕES**

#### **1.1- TRABALHOS DE PINTURA**

1.1.1- Por trabalhos de pintura entende-se a série de operações que incluem a preparação das superfícies, o seu pré-tratamento quando necessário e a aplicação das tintas.

1.1.2- Também se inclui sob esta designação o fornecimento de todos os materiais, equipamento, abrangendo o próprio equipamento de proteção e segurança do pessoal e a mão-de-obra necessários à realização desses trabalhos.

#### **2- TINTA**

2.1- Usado em sentido geral este termo abrangerá as tintas propriamente ditas, os primários, os vernizes, os esmaltes, os betumes e quaisquer outros produtos orgânicos ou inorgânicos quando da aplicação idêntica à das tintas.

#### **3- ARMAZENAGEM DE TINTAS**

3.1- Todas as tintas e diluentes deverão ser armazenados em locais bem ventilados e protegidos de faíscas, chamas, ação direta dos raios solares, de calor e/ou frio excessivo.

3.2- Sempre que seja possível as tintas e os diluentes deverão ser armazenados em edifícios ou armazéns próprios.

3.3- As tintas suscetíveis de deterioração a temperaturas baixas deverão ser armazenadas em compartimentos aquecidos.

3.4- Todas as embalagens deverão ser conservadas por abrir até à sua utilização. As embalagens que já tenham sido abertas deverão ser usadas em primeiro lugar.

3.5- Quando uma embalagem de tinta ficar quase vazia, dever-se-á mudar o seu conteúdo para outro recipiente de menor capacidade. Um volume de ar relativamente grande dentro das embalagens ocasiona a perda da qualidade das tintas e portanto a interdição do seu emprego.

3.6- Em caso algum se utilizarão tintas que se tenham deteriorado durante a armazenagem.

3.7- Na armazenagem das tintas o empilhamento das embalagens deverá ser tal, que torne sempre possível utilizar em primeiro lugar as tintas mais antigas e não as das rem essas recentemente chegadas.

3.8- As diferentes qualidades de materiais serão arrumadas em lotes separados e perfeitamente identificáveis.

3.9- O Empreiteiro terá que ter sempre em depósito as quantidades de materiais necessárias para garantir o andamento normal dos trabalhos.

3.10- Todas as embalagens deverão ser convenientemente etiquetadas de modo a poderem ler-se claramente durante todo o tempo de utilização os elementos originários do Fabricante, como sejam: a identificação da tinta, o número de série, data de fabrico, instruções especiais de aplicação, etc.

3.11- Não será permitido manter ou criar fontes de calor junto de recipientes com tinta ou nos locais onde possa haver forte concentração de vapores de diluentes, particularmente quando estes são muito voláteis e/ou inflamáveis.

#### **4- MANUSEAMENTO E MISTURAS**

4.1- Sempre que se forme uma película sobre a tinta dever-se-á removê-la com cuidado. A película será cortada junto à parede da embalagem de modo a sair inteira.

4.2- Depois de cortada a película, dever-se-á mexer a tinta para desfazer completamente o «depósito» de pigmentos que possa existir.

4.3- Contudo, se a película formada for suficientemente espessa para afetar a composição da tinta, esta não poderá ser utilizada.

4.4- Durante a aplicação, a tinta terá de se apresentar sempre com um aspeto uniforme. Para isso deverá ser agitada vigorosamente antes e ao longo dessa aplicação.

4.5- Quando a embalagem original contenha mais do que 20 litros de tinta, a agitação terá que ser feita por meios mecânicos, isto é, com um agitador adequado. Só será permitido utilizar agitação manual para embalagens até aquela capacidade, inclusive.

4.6- Só se poderá vazar tinta da embalagem original para outras mais pequenas quando todo o pigmento estiver incorporado no veículo. A fim de facilitar a dispersão do pigmento sedimentado na embalagem original, poderá ser conveniente transferir parte do veículo para

uma embalagem limpa. Obtida aquela dispersão, repor-se-á a porção do veículo retirada, procedendo-se em seguida a nova agitação para completa homogeneização do produto.

4.7- O fundo da embalagem original, quando vazia, deve ser inspecionado a fim de se verificar se ali ficou pigmento por incorporar, sinal de que a dispersão foi imperfeita.

4.8- Todas as tintas com pigmento, depois de devidamente uniformizadas, devem ser filtradas. Os filtros utilizados devem ter uma malha que retenha somente as películas ou os corpos estranhos e não o próprio pigmento.

4.9- Só será permitida a adição de diluente se for absolutamente necessário. Regra geral as tintas para aplicação à trincha ou a rolo já vêm do fabricante com a consistência (viscosidade) própria. As tintas para aplicação à pistola, se não forem especificadas para tal fim, necessitarão de diluente. Sempre que se proceder à diluição das tintas e para cada tipo terão que ser respeitadas as proporções indicadas pelo seu fabricante.

4.10- O tipo de diluente a adicionar terá de ser o especificado pelo fabricante da tinta pois depende da formulação desta.

4.11- O diluente só poderá ser usado na altura a abertura da embalagem da tinta e para a operação da mistura (dispersão do pigmento). Tal operação será efetuada pelo responsável do empreiteiro na Obra, que pela adição do tipo e quantidade adequada de diluente colocará a tinta na viscosidade conveniente.

4.12- Em caso algum será permitido aos pintores adicionar diluente no seu recipiente individual de pintura, mesmo sobre o pretexto de o tempo ter arrefecido.

4.13- Sempre que possível os diluentes deverão ser armazenados à parte, de modo a evitar-se a possibilidade de diluições fortuitas não autorizadas.

4.14- Nunca se deverá adicionar às tintas produtos de outro fabricante. Das diferenças de formulação poderão resultar incompatibilidades com efeitos prejudiciais que só mais tarde se notarão.

4.15- Nunca se poderão adicionar quaisquer produtos às tintas sem o conhecimento e acordo da Fiscalização.

## **5- BASE DE ASSENTAMENTO**

5.1- A base de assentamento é em geral constituída por uma superfície de presa hidráulica - reboco, betão ou estuque.

5.2- Seja qual for a base de assentamento, previamente à aplicação das tintas esta deve estar seca e limpa de todos os materiais que possam de alguma maneira prejudicar a aderência das tintas, para além de se apresentar desempenada, de superfície fechada, não porosa, homogénea; e, cumulativamente no caso de betões e rebocos, ligeiramente áspera, com aspeto e rugosidade da "lixa fina", sem barbotes de argamassa ou de betão, sem leitadas, sulcos ou vergadas, apresentando-se não riscada e não aflagada à talocha ou colher metálica.

5.3- Porque algumas das tintas têm brilho ou semi-brilho e qualquer imperfeição da base de assentamento nestes casos se acentuará, é conveniente quando assim for, proceder a uma regularização muito cuidada dessas superfícies, recorrendo a elementos auto-nivelantes ou de forte tixotropia.

## **6- MODOS DE APLICAÇÃO DAS TINTAS**

6.1- A tinta poderá ser aplicada à trincha, a rolo, por pulverização ou utilizando vários destes métodos nas sucessivas demãos.

6.2- Em qualquer caso, a aplicação deverá ser feita de acordo com as indicações do seu fabricante de modo a cobrir toda a superfície a pintar incluindo os seus acidentes - cantos, arestas, etc.- com uma camada uniforme de filme seco de espessura nunca inferior ao especificado ou ao indicado pelo fabricante nas suas fichas técnicas.

## **7- CONDIÇÕES DE APLICAÇÃO**

7.1- Antes da aplicação dos primários, selantes ou tintas, a superfície de assentamento deve apresentar-se seca, limpa de poeiras, matérias destacáveis - como areias - outras tintas, gorduras, produtos químicos impregnados, produtos descofrantes, ou quaisquer outros materiais que de alguma forma possam prejudicar a ligação pretendida.

7.2- Sempre que a base de assentamento se apresentar húmida e se a primeira camada de tinta, primário ou selante não for compatível com essa condição, se quiser prosseguir o trabalho ter-se-á de recorrer à aplicação de um ou mais produtos, se os houver, indicados pelo fabricante das tintas, que garantam a eficácia da aplicação; ou, se os não houver, secar e



limpar a base de assentamento até esta reunir as condições de aplicação de revestimento, sob pena de, posteriormente, este fissurar, enfolar, soltar-se, ou sob qualquer outra forma, se degradar.

7.3- Em caso algum a aplicação das tintas se fará se a base de assentamento não tiver ou não reunir as características recomendadas pelo fabricante das tintas como as indicadas para receber pinturas.

7.4- A temperatura e a humidade relativa do meio e dos suportes devem ser cuidadosamente controladas antes de se iniciarem as operações de revestimento. Os valores limites indicados pelo fabricante das tintas serão para cada caso, rigorosamente respeitados.

7.5- Também para cada caso o tempo de aplicação - se o houver - de cada tinta terá que ser mantido. Se por qualquer motivo esse tempo for excedido, a tinta não poderá ser utilizada. Em caso algum será permitida a aplicação de tintas em que o tempo de aplicação ou de "pot-life" se o tiver, esteja no limite ou tenha sido ultrapassado.

7.6- Cada demão só será aplicada sobre outra depois da anterior se encontrar nas condições necessárias ao estabelecimento de uma ligação efetiva.

7.7- A não ser que a Fiscalização o autorize, não será permitido começar as pinturas com uma marca de tinta e recomençá-las ou continuá-las com outras.

7.8- A primeira demão de selante, primário ou tinta deverá ser aplicada tão próxima quanto possível da limpeza da superfície.

7.9- Antes da aplicação da primeira camada de tinta ou de primário; ou mesmo entre camadas diferentes, dever-se-ão ter cuidados especiais para evitar que as superfícies a pintar sejam contaminadas com quaisquer matérias estranhas, pois antes de qualquer demão, estes materiais, seja qual for a sua natureza, terão de ser completamente removidos.

7.10- As pinturas deverão ser programadas de modo a evitar que poeiras ou quaisquer outros corpos estranhos possam vir a depositar-se sobre superfícies com tinta ainda húmida.

7.11- Todas as zonas que não devam ser pintadas terão de ser cuidadosamente resguardadas dos trabalhos de pintura.

## **8- SISTEMAS DE PINTURA**

8.1- Em caso algum será permitido aplicar demãos com uma marca e recomeçá-las ou continuá-las com outra.

## **9- ASPECTO FINAL DAS SUPERFÍCIES**

9.1 As tintas serão aplicadas de modo a que não engelm nas depressões, curvas, reentrâncias ou fujam das arestas formando películas excessivas entre finas.

9.2- Cada demão deve ser aplicada de modo a obterem-se superfícies sem porosidades, a não serem visíveis bolhas cheias, bolhas abertas, escorrimentos, empolamentos, desligamentos, fissuras, falhas, sinais de ferramentas ou outros defeitos.

9.3- Para cada sistema, as superfícies pintadas apresentar-se-ão com filmes contínuos de espessura constante, uniformes de cor, tom e brilho.

9.4- A Fiscalização recusará todas as pinturas que não obedeçam ao acima citado e o Empreiteiro obriga-se a repô-las em condições em que a Fiscalização possa aceitar.

## **10- CONTROLO DAS ESPESSURAS**

10.1- Na verificação das espessuras do revestimento empregar-se-ão os meios apropriados na determinação da espessura de tinta seca.

10.2- Em cada cinco verificações duas poderão estar 10% abaixo do mínimo especificado.

10.3- As zonas onde se determinem espessuras de películas inferiores ao especificado serão repintadas de modo a atingirem-se os valores para aí definidos.

## **11- GARANTIAS**

11.1- O Empreiteiro obriga-se a oferecer - após a receção provisória dos trabalhos - uma garantia igual ou superior a 5 anos.

## **11- PRAZO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS**

Quinze dias úteis.

## **Cláusula 22ª - Atributos da Proposta**

O concorrente deverá apresentar a sua proposta instruída com o preço total expresso em algarismos e por extenso, prevalecendo em caso de divergência o extenso, com menção

expressa de que ao preço total acresce o IVA, com indicação do respetivo valor e taxa legal aplicável.